

Determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências para 2024

Determinants of child labor in rural Brazil: evidence for 2024

Tayná Ferreira dos Santos

Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, Brasil

Roselaine Bonfim de Almeida

Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, Brasil

Jonathan Gonçalves da Silva

Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, Brasil

Leandro Vinícios Carvalho

Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, Brasil

GT 09 - Trabalho, emprego, ocupações rurais

Resumo: O presente estudo analisa os principais determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro em 2024, com foco nos fatores socioeconômicos e familiares associados à inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Para isso, utilizam-se microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a partir dos quais foi estimado um modelo econométrico do tipo *logit* para indivíduos de 5 a 17 anos residentes em áreas rurais. Os resultados indicam que a idade e o gênero são determinantes relevantes, sendo que cada ano adicional de idade eleva significativamente a probabilidade de trabalho infantil, enquanto meninos apresentam maior propensão à inserção precoce no trabalho. A frequência escolar mostrou-se um importante fator de proteção, reduzindo a probabilidade de trabalho infantil, evidenciando a existência de um *trade-off* entre estudo e trabalho. No âmbito familiar, a presença dos pais no domicílio e maiores níveis de escolaridade do responsável estão associados à menor probabilidade de inserção no trabalho infantil. Por outro lado, o tamanho do domicílio apresentou efeito positivo, indicando que famílias maiores tendem a enfrentar maiores restrições ou demandar maior participação das crianças nas atividades produtivas. Observam-se ainda diferenças regionais relevantes, com menores probabilidades de trabalho infantil nas regiões nordeste, sudeste e sul em comparação à região norte. De forma geral, os resultados evidenciam que o trabalho infantil no meio rural brasileiro é determinado por um conjunto de fatores demográficos, educacionais e familiares, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas voltadas à ampliação do acesso à educação e ao fortalecimento das condições familiares.

Palavras-chave: Determinantes socioeconômicos; PNAD Contínua; trabalho infantil.

Abstract: This study analyzes the main determinants of child labor in rural Brazil in 2024, focusing on socioeconomic and family factors associated with the early labor market participation of children and adolescents. The analysis is based on microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua), using a logit model estimated for individuals aged 5 to 17 living in rural areas. The results indicate that age and gender are key determinants of child labor. Each additional year of age significantly increases the likelihood of child labor, while boys are more likely to engage in work activities compared to girls. School attendance plays a protective role, reducing the probability of child labor and highlighting the trade-off between education and work. At the family level, the presence of parents in the household and higher levels of education of the household head are associated with a lower likelihood of child labor. On the other hand, household size has a positive effect, suggesting that larger families may face greater constraints or require greater participation of children in productive activities. Regional disparities are also observed, with lower probabilities of child labor in the northeast, southeast, and south compared to the north. Overall, the findings indicate that child labor in rural Brazil is driven by a combination of demographic, educational, and family-related factors, reinforcing the need for integrated public policies aimed at expanding access to education and strengthening family conditions.

Keywords: Socioeconomic determinants; Continuous PNAD; Child labor.

1. Introdução

O trabalho infantil permanece como um problema social relevante em diversos países, especialmente em economias em desenvolvimento, em que fatores econômicos e sociais contribuem para a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. No Brasil, apesar dos avanços institucionais e das políticas públicas voltadas à erradicação dessa prática, nas últimas décadas o fenômeno ainda se manifesta de forma significativa, sobretudo em áreas rurais e em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica (IBGE, 2024).

A temática do trabalho infantil tem sido amplamente discutida na literatura econômica, buscando-se compreender os diversos fatores que influenciam a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Sabe-se que essa decisão está associada a uma gama de elementos, incluindo características familiares, demográficas e estruturais (Kassouf; Santos, 2010; IBGE, 2024).

No contexto brasileiro, apesar dos avanços institucionais e das políticas públicas voltadas à erradicação dessa prática, o trabalho infantil ainda apresenta uma ocorrência significativa. De acordo com levantamentos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), cerca de 1,650 milhão de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil durante o ano de 2024, o que representa 34 mil jovens a mais nessa condição em comparação com 2023, equivalente a uma variação positiva de 2,1%. Apesar desse crescimento, no período compreendido entre 2016 e 2024 observou-se uma redução de 21,4%. A proporção da população em trabalho infantil atingiu 4,3% em 2024, uma elevação de 2,38% em relação ao ano anterior em que essa proporção foi de 4,2%. Em 2022, esse percentual era de 4,9%, enquanto em 2016, primeiro ano da série histórica, chegava a 5,2% (o que representa uma redução de 17,30% entre os anos de 2016 e 2024). Destaca-se que uma parcela expressiva dessas atividades ocorre em áreas rurais, frequentemente associadas às atividades agropecuárias e ao trabalho familiar (Kassouf; Santos, 2010).

A alocação do tempo das crianças e adolescentes entre estudo, trabalho e lazer é um processo complexo, determinado por uma combinação de fatores econômicos e sociais, em que a literatura aponta que as características socioeconômicas, bem como as regiões onde vivem as famílias, desempenham um papel crucial. Nesse sentido, a renda domiciliar, as características ocupacionais dos membros da família e o contexto do mercado de trabalho local são elementos determinantes na alocação do tempo das crianças entre estudo, trabalho e lazer (Rocha; Oliveira, 2018).

Além das condições econômicas, as características do ambiente familiar também exercem influência significativa sobre a ocorrência do trabalho infantil, por exemplo, a escolaridade dos pais tem sido identificada como um importante fator de redução dessa prática. Pois, uma vez que níveis educacionais mais elevados tendem a aumentar a valorização da educação formal e reduzir a probabilidade de inserção precoce das crianças no mercado de trabalho (Becker et al., 2014).

Outro aspecto frequentemente discutido na literatura é a chamada hipótese do paradoxo da riqueza, segundo a qual, em áreas rurais, famílias com maior disponibilidade de ativos produtivos, como terra, podem apresentar maior incidência de trabalho infantil. Isso ocorre porque a presença de atividades agrícolas familiares aumenta a demanda por mão de obra dentro do próprio domicílio, incentivando a participação das crianças nas atividades produtivas (Kassouf; Santos, 2010).

Diante desse contexto, compreender os fatores que contribuem para a ocorrência do trabalho infantil torna-se fundamental para a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas à sua redução e erradicação. A identificação dos principais determinantes permite orientar intervenções direcionadas às famílias e às condições socioeconômicas que favorecem a permanência desse episódio.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro em 2024, e para isso o trabalho busca: i) identificar os fatores socioeconômicos; e ii) elucidar quais são os fatores familiares que possam estar associados à probabilidade de crianças e adolescentes estarem inseridas em atividades laborais na área rural brasileira.

O presente trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a revisão da literatura, na qual são discutidos os principais estudos relacionados aos determinantes do trabalho infantil. A terceira seção descreve a metodologia utilizada na pesquisa, bem como a base de dados e as variáveis empregadas na análise. Na quarta seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise empírica. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

2. Revisão da Literatura

O conceito de trabalho infantil na literatura especializada envolve múltiplas dimensões, desde a perspectiva institucional até as construções socioculturais que o legitimam. Conforme definição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

(CONAETI), o trabalho infantil compreende atividades econômicas e/ou de sobrevivência, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador, considera-se todo trabalho desempenhado por pessoas entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos (BRASIL, 2011, p. 9).

No contexto rural brasileiro, o trabalho infantil assume características específicas, estando frequentemente associado às formas tradicionais de organização da agricultura familiar, sobretudo em regiões onde o desenvolvimento das forças produtivas é mais limitado. A participação de crianças e adolescentes em atividades produtivas muitas vezes ocorre como parte da dinâmica familiar de produção, o que pode dificultar a identificação dessa prática como uma forma de exploração do trabalho infantil (Vasconcelos et al., 2022).

Vasconcelos et al. (2022) destacam a distinção entre a participação eventual em tarefas domésticas e a inserção precoce no trabalho produtivo. Enquanto atividades domésticas compatíveis com a idade podem não comprometer o desenvolvimento da criança, a exploração do trabalho infantil pode representar uma violação de direitos, especialmente quando interfere no acesso à educação, no tempo dedicado ao lazer e no desenvolvimento físico e psicológico de crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, estudos ressaltam que o trabalho infantil, quando ocorre de forma precoce e intensiva, contraria os princípios de proteção integral estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma vez que limita as oportunidades de desenvolvimento educacional, social e cognitivo das crianças, comprometendo suas possibilidades futuras de inserção qualificada no mercado de trabalho e de ascensão socioeconômica (Vasconcelos, et al., 2022).

O estudo recente de Gebregziabher et al. (2025) indica que contextos de vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar podem influenciar as decisões familiares relacionadas à alocação do tempo de crianças e adolescentes. Ao analisarem estratégias de enfrentamento adotadas por famílias em situação de crise alimentar em regiões afetadas por conflitos, os autores identificaram que choques econômicos e restrições de recursos ampliam a vulnerabilidade familiar, aumentando a dependência de estratégias emergenciais que podem envolver a realocação do tempo de crianças e adolescentes para atividades de subsistência. Embora o estudo não trate diretamente do trabalho infantil, seus resultados evidenciam um

mecanismo central frequentemente associado, na literatura econômica, ao aumento da probabilidade de inserção precoce de crianças no trabalho.

Em seu estudo Kassouf e Santos (2010) tiveram como objetivo investigar os efeitos da riqueza familiar, mensurada pelo tamanho da propriedade agrícola, sobre a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil no meio rural brasileiro. Utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, os autores estimaram um modelo *probit*, controlando características individuais, demográficas e familiares das crianças e adolescentes de 5 a 15 anos residentes em áreas rurais.

Os resultados indicaram que a relação entre o tamanho da propriedade e a probabilidade de trabalho infantil assume a forma de uma parábola com vértice para cima, ou seja, a probabilidade de a criança trabalhar em atividades agrícolas aumenta à medida que a propriedade cresce, atingindo um ponto máximo em torno de 76 hectares, a partir do qual passa a declinar. Os autores concluem que, na ausência de mercados de trabalho perfeitos, os proprietários de terra encontram incentivos para utilizar a mão de obra familiar infantil nas propriedades de porte médio, fenômeno que denominam como "paradoxo da riqueza", uma vez que crianças de famílias relativamente mais abastadas (proprietárias de terra) apresentam maior probabilidade de trabalhar precocemente quando comparadas àquelas de famílias com menor posse de terra (Kassouf; Santos, 2010).

Becker et al. (2014) tiveram como objetivo analisar os fatores que contribuem para a incidência do trabalho infantil nas áreas rural e urbana brasileira, com especial atenção às especificidades do meio rural. Utilizando microdados do questionário socioeconômico dos alunos do 5º ano do ensino fundamental que participaram da Prova Brasil em 2011. As autoras estimaram modelos *probit* para crianças de até 14 anos, comparando os determinantes do trabalho infantil entre as áreas rural e urbana e os resultados indicaram que a probabilidade de trabalho infantil é significativamente maior no meio rural (21,1%) em comparação ao urbano (12,7%). Além disso, foi verificado também que é maior a probabilidade de estar se ocupando do trabalho infantil para meninos, para crianças não brancas, para aquelas com piores indicadores de renda familiar, e também para os residentes na região nordeste.

As autoras constataram, ainda, que o aumento da renda familiar reduz o trabalho infantil com maior intensidade na área rural, enquanto a elevação da escolaridade dos pais tem efeito redutor mais pronunciado na área urbana. Adicionalmente, observaram que a ausência da mãe no domicílio, o estudo no turno noturno, as reprovações escolares e a distorção idade-série aumentam substancialmente a probabilidade de trabalho infantil em ambas as áreas.

Através desse estudo, as autoras concluíram que as políticas de erradicação do trabalho infantil devem considerar as especificidades de cada contexto, demandando, no meio rural, investimentos prioritários em infraestrutura escolar e programas de transferência de renda, enquanto no meio urbano revelam-se mais efetivas as políticas voltadas à elevação da escolaridade parental (Becker et al., 2014).

Em seu trabalho, Santos (2018) realizou um estudo que teve como objetivo analisar os principais determinantes do trabalho infantil na região Centro-Oeste do Brasil no ano de 2015, com foco nas características individuais e familiares que afetam a probabilidade de crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos estarem em situação de trabalho. Utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a autora estimou um modelo *logit*, calculando os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil.

Os resultados de Santos (2018) indicaram que as variáveis idade, gênero, idade em que a pessoa de referência do domicílio começou a trabalhar e renda familiar foram estatisticamente significantes. Especificamente, um ano adicional de idade aumentou em 2,39% a probabilidade de trabalho infantil, enquanto as crianças do sexo masculino apresentam uma probabilidade 2,3% maior em comparação às meninas.

Constatou-se, ainda, que quanto maior a idade em que a pessoa de referência começou a trabalhar e quanto maior a sua renda, menor a probabilidade de a criança ou adolescente estar em situação de trabalho infantil. E, com isso, se conclui nesse estudo que o conhecimento desses determinantes em âmbito regional é fundamental para o aprimoramento das políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, uma vez que os fatores que influenciam esse fenômeno podem apresentar especificidades regionais importantes (Santos, 2018).

Em seu estudo Villalba (2022) teve como objetivo analisar o efeito da riqueza familiar, medida pela posse de terra e pela área da propriedade agrícola, sobre a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem em atividades agrícolas e estudarem no Brasil, realizando uma análise comparativa entre os anos de 2006 e 2015. Utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o autor estimou modelos *probit* por máxima verossimilhança, controlando características individuais, familiares e regionais das crianças de 5 a 15 anos residentes em áreas rurais.

Os resultados de Villalba (2022) para 2006 indicaram que o tamanho da propriedade agrícola exerce efeito positivo sobre a probabilidade de trabalho infantil, sendo que crianças

do sexo masculino, residentes na região sul, com mães trabalhadoras e menor escolaridade materna apresentaram maior probabilidade de inserção precoce no trabalho agrícola. Para 2015, observou-se uma redução expressiva na incidência do trabalho infantil na área rural (de 22,22% para 10,62%, o que representa uma queda de 52,21%), mantendo-se, contudo, o efeito positivo e estatisticamente significativo da área agrícola sobre a probabilidade de trabalho, o que confirma, para o contexto brasileiro, o fenômeno denominado como "paradoxo da riqueza", como cita Kassouf e Santos, 2010.

Adicionalmente, verificou-se que a escolaridade materna permaneceu como fator protetivo relevante, enquanto a renda familiar perdeu significância estatística na determinação do trabalho infantil em 2015. O autor conclui que os avanços observados no período podem estar associados às políticas públicas implementadas, como o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, embora ressalte a persistência do trabalho infantil nas propriedades agrícolas familiares, sugerindo para pesquisas futuras a incorporação de aspectos culturais e do processo de sucessão geracional na análise do fenômeno (Villalba, 2022).

Marin (2018) teve como objetivo analisar as concepções de infância e de trabalho infantil presentes na legislação brasileira, contrapondo-as à visão de agricultores familiares do município de Itapuranga, no estado de Goiás, sobre a participação de crianças nas atividades produtivas e domésticas das unidades familiares. Metodologicamente, o autor combinou pesquisa documental, com análise dos dispositivos legais nacionais e internacionais de proteção à infância, com estudo de caso de abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com 16 agricultores familiares, pais de crianças entre 6 e 14 anos.

Os resultados encontrados no estudo de Marin (2018) evidenciaram um tensionamento entre as concepções hegemônicas, ancoradas nos marcos legais que classificam como trabalho infantil diversas atividades realizadas por crianças no contexto da agricultura familiar, considerando-as prejudiciais ao desenvolvimento infantojuvenil, e a perspectiva dos agricultores, para quem o trabalho dos filhos é compreendido como “ajuda” integrada aos processos de socialização, transmissão intergeracional de saberes e formação moral das novas gerações.

O autor conclui que, embora os agricultores reconheçam a importância da escola e das políticas públicas de combate ao trabalho infantil, a intervenção estatal tem progressivamente deslocado a centralidade da família na educação dos filhos, impondo transformações nas

formas de socialização e de vivência da infância no meio rural, sem, contudo, considerar as especificidades socioculturais e produtivas da agricultura familiar (Marin, 2018).

A revisão da literatura evidencia que o trabalho infantil rural é determinado por um conjunto de fatores que incluem: características individuais, como o sexo masculino, que apresenta maior incidência de trabalho infantil; as características familiares, como a baixa escolaridade materna, a ausência parental e um menor nível de renda; e também questões estruturais, como a posse da terra e a residência em regiões com maior dificuldade de acesso às escolas. Os estudos confirmam a relevância do "paradoxo da riqueza" para o contexto brasileiro, bem como a eficácia limitada, porém crescente, das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, sinalizando a necessidade de abordagens regionalmente orientadas e sensíveis às especificidades socioculturais das diferentes regiões e do meio rural.

3. Metodologia

Nesta seção, para se alcançar o objetivo proposto no presente artigo, será apresentada a metodologia utilizada no estudo, incluindo a base de dados empregada, o tratamento da amostra, a definição das variáveis e o modelo econométrico adotado para a análise dos determinantes do trabalho infantil na área rural.

3.1 Fonte de dados

Para analisar os determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro foram utilizados dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD Contínua) referente ao suplemento de 2024 “Trabalho de crianças e adolescentes”, 5ª visita, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua constitui uma das principais bases de dados socioeconômicos do país, permitindo a análise de diversas características demográficas, educacionais e econômicas da população brasileira.

A escolha dessa base de dados justifica-se pela abrangência das informações disponíveis, bem como pela possibilidade de identificar características individuais das crianças e adolescentes, além das condições socioeconômicas dos domicílios em que estão inseridos. Portanto, a PNAD Contínua possibilita investigar os fatores associados à ocorrência do trabalho infantil, considerando variáveis relacionadas ao contexto familiar, educacional e regional. A pesquisa foi realizada com a população brasileira que reside na área rural.

3.2 Modelo econométrico

O objetivo do estudo é analisar os determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro utilizando os dados da PNAD Contínua de 2024. Para isso, foi utilizado um modelo de resposta binária, no qual $Y = 1$ indica que a criança ou adolescente estava em situação de trabalho infantil e $Y = 0$ indica que ela não estava em situação de trabalho infantil.

O modelo econométrico escolhido para esta análise foi a regressão logística, denominada modelo *logit*. Esse modelo tem por objetivo explicar os efeitos das variáveis independentes sobre a probabilidade de resposta associada à variável dependente (Wooldridge, 2006).

Conforme apresentado por Gujarati (2006), a estrutura da regressão logística é definida pela seguinte representação:

$$P_i = E(Y = 1 | X_i) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_1 + \beta_2 X_i)}} \quad (1)$$

Em que:

β_1 = constante;

β_2 = coeficiente da variável i ;

X_i = variáveis explicativas.

Mais especificamente, as variáveis utilizadas no modelo foram:

- Trabalho infantil: variável binária cujo valor 1 indica que a criança ou adolescente estava em situação de trabalho infantil e o valor 0 indica que ela não estava em situação de trabalho infantil;
- Rendimento efetivo domiciliar per capita (VD5002): no modelo foi utilizado o logaritmo natural dessa variável. Além disso, essa variável também foi incluída ao quadrado;
- Idade (V2009): apresenta a idade dos indivíduos;
- Homem: variável *dummy* cujo valor igual a 1 indica que a pessoa é do sexo masculino e 0 indica que é do sexo feminino;
- Branco: variável *dummy* cujo valor igual a 1 indica que a pessoa é branca e 0 indica que ela não é branca;
- Frequência na escola: variável *dummy* cujo valor igual a 1 indica que a pessoa frequentava a escola e 0 indica que ela não frequentava a escola;
- Tamanho do domicílio (V2001): indica quantas pessoas moravam no domicílio;

- Estrutura familiar: variável que indica se a criança morava com um dos pais (mãe ou pai), com ambos os pais ou com nenhum dos pais;
- Escolaridade do responsável: variável que indica a escolaridade (em anos de estudos) do responsável pelo domicílio;
- Região: variável *dummy* que representa as regiões do Brasil.

Para a análise econométrica foi utilizada apenas os moradores da área rural com idade entre 5 e 17 anos de idade.

4. Análise de Resultados

Para explorar os dados coletados e assim responder ao objetivo principal desse trabalho que é entender a dinâmica do trabalho infantil em áreas rurais serão construídas duas seções a primeira com a análise descritiva dos dados e em seguida a seção com o detalhamento do modelo *logit* estimado.

4.1 Análise descritiva

A análise descritiva teve como objetivo caracterizar a situação do trabalho infantil no Brasil em 2024, com ênfase na comparação entre as áreas urbana e rural e na distribuição regional do fenômeno. Foram consideradas crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos, conforme definição da Nota Técnica 01/2020 do IBGE.

Os resultados indicam que, em 2024, aproximadamente 1,65 milhão de crianças e adolescentes encontravam-se em situação de trabalho infantil no Brasil, o que corresponde a 4,35% da população dessa faixa etária. Ao comparar a incidência do trabalho infantil segundo a localização do domicílio, observa-se uma disparidade significativa. Na área urbana, a proporção de crianças em trabalho infantil foi de 3,23%, enquanto na área rural esse percentual atingiu 11,02%, ou seja, mais de três vezes superior. Em termos absolutos, das 1.649.844 crianças em situação de trabalho infantil, 1.051.246 (63,72%) residiam na área urbana e 598.599 (36,28%) na área rural.

Esses resultados evidenciam que, embora o contingente absoluto seja maior na cidade, a probabilidade de uma criança residente no campo estar em situação de trabalho infantil é substancialmente mais elevada. A Tabela 1 apresenta a distribuição do trabalho infantil nas cinco grandes regiões brasileiras, com destaque para a incidência na área rural de cada região.

Tabela 1 – Proporção de trabalho infantil nas áreas urbana e rural, por região – Brasil, 2024.

Região	Urbana (%)	Rural (%)	Diferença (p.p.)
Norte	3,87	13,92	10,05
Nordeste	3,15	10,25	7,10
Sudeste	2,81	10,46	7,65
Sul	3,60	9,99	6,39
Centro-Oeste	4,27	13,39	9,12

Fonte: PNAD Contínua 2024 com elaboração própria.

Observa-se que a região norte apresenta a maior incidência de trabalho infantil na área rural (13,92%), seguida pelo centro-oeste (13,39%) e sudeste (10,46%). A região sul registrou o menor percentual entre as rurais (9,99%), embora ainda significativamente superior às áreas urbanas de todas as regiões.

Tabela 2 - Trabalho infantil por região e situação do domicílio

Região	Situação do domicílio	População (5-17 anos)	Trabalho infantil (n)	Trabalho infantil (%)
Norte	Urbana	3.060.450	118.522	3,87
	Rural	932.845	129.843	13,92
Nordeste	Urbana	8.230.841	259.260	3,15
	Rural	2.806.999	287.822	10,25
Sudeste	Urbana	13.748.863	385.842	2,81
	Rural	852.298	89.162	10,46
Sul	Urbana	4.585.441	164.988	3,60
	Rural	611.181	61.061	9,99
Centro-Oeste	Urbana	2.872.488	122.634	4,27
	Rural	229.409	30.710	13,39

Fonte: Elaboração própria com base nos dados encontrados através das análises de dados.

Conforme apresentado na Tabela 2, a incidência do trabalho infantil na área rural brasileira atingiu 11,02% em 2024, percentual mais de três vezes superior ao observado na

área urbana (3,23%). Entre as regiões, destacam-se a norte (13,92%) e a centro-oeste (13,39%) com as maiores proporções de trabalho infantil no meio rural

Ao restringir a análise apenas às crianças residentes na área rural que se encontravam em situação de trabalho infantil, foram encontradas um total de 598.599 indivíduos cujo perfil sociodemográfico pode ser analisado quanto a idade, sexo, cor e raça, frequência escolar, nível de instrução, renda domiciliar e formas de trabalho infantil que seguem descritas.

No que se refere a distribuição etária das crianças trabalhadoras rurais concentra-se majoritariamente nas idades mais avançadas da faixa analisada, pois crianças de 17 anos representam 20,77% do total, seguidas pelas de 16 anos (16,28%) e 15 anos (12,21%). Um fato que chama atenção é a presença de crianças com idade inferior a 10 anos, que somam 14,23% do total, evidenciando a ocorrência de trabalho infantil precoce no meio rural.

Em relação ao gênero, o trabalho infantil rural é predominantemente masculino, com meninos representando 68,93% das crianças trabalhadoras, enquanto as meninas correspondem a 31,07%. E no que tange a questão de Cor ou raça, verifica-se que entre as crianças rurais em situação de trabalho infantil, 63,20% declararam-se pardas, 27,33% brancas, 8,26% pretas e 1,20% indígenas. A participação de crianças pardas, pretas e indígenas (72,66%) supera expressivamente a de crianças brancas.

Um aspecto importante é a questão relacionada a frequência escolar, pois apesar de estarem trabalhando, 91,71% das crianças rurais em trabalho infantil ainda frequentam a escola, enquanto 8,29% não estão matriculadas. Dessa forma, observa-se que o nível de instrução predominante é o ensino fundamental incompleto, que abrange 60,89% das crianças trabalhadoras rurais. Assim, apenas 1,20% concluíram o ensino médio, refletindo a defasagem escolar associada ao trabalho precoce.

Em relação a análise da renda domiciliar *per capita* se demonstra que o rendimento domiciliar *per capita* médio das famílias com crianças em trabalho infantil na área rural foi de R\$ 758,88, com elevada dispersão (desvio padrão de R\$ 1.524,60), indicando heterogeneidade socioeconômica entre essas famílias.

Além desses fatores, dado que o trabalho infantil apresenta grande heterogeneidade, é preciso também observar as formas pela qual ele se manifesta, assim as piores formas de trabalho infantil, conforme especificação da Lista TIP, mostra que entre as crianças ocupadas na área rural, 79,38% encontravam-se nas piores formas de trabalho infantil, o que evidencia a gravidade do fenômeno no campo brasileiro.

4.2 Modelo econométrico

Conforme visto anteriormente, este trabalho tem como objetivo analisar os determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro utilizando os dados da PNAD Contínua de 2024. Para isso, utilizou-se o modelo econométrico *logit*. Os resultados da análise encontram-se descritos na Tabela 3.

Tabela 3 - Coeficientes estimados sobre a probabilidade de trabalho infantil

Variável	Coeficientes	Erro Padrão	Odds Ratio
Renda	0,0319	0,1020	1,0320
Renda ao quadrado	0,0108	0,0101	1,0108
Idade	0,2226*	0,0108	1,2493
Homem	0,8651*	0,0725	2,3753
Branco	-0,0070	0,0759	0,9930
Frequenta a escola	-0,5127*	0,1250	0,5988
Tamanho do domicílio	0,0404***	0,0243	1,0412
Mora com a mãe	-2,0374*	0,5444	0,1303
Mora com o pai	-1,1925**	0,5539	0,3034
Mora com a mãe e o pai	-1,6181*	0,5393	0,1982
Escolaridade do responsável	-0,0352*	0,0080	0,9654
Nordeste	-0,3094*	0,1084	0,7338
Sudeste	-0,3078**	0,1376	0,7350
Sul	-0,3977*	0,1352	0,6718
Centro-Oeste	-0,0127	0,1782	0,9873
Constante	-3,4993*	0,5986	0,0302

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD Contínua Anual de 2024.

*Significativo ao nível de confiança de 1%.

**Significativo ao nível de confiança de 5%.

***Significativo ao nível de confiança de 10%.

De acordo com a Tabela 3, as variáveis *Idade*, *Homem*, *Frequenta a escola*, *Mora com a mãe*, *Mora com a mãe e o pai*, *Escolaridade do responsável*, *Nordeste* e *Sul* são estatisticamente significantes a 1%. As variáveis *Mora com o pai* e *Sudeste* são estatisticamente significantes a 5%. Por fim, a variável *Tamanho da família* é estatisticamente significativa a 10%.

Apesar da literatura econômica argumentar que a renda é um importante determinante do trabalho infantil, não há evidência de que a renda domiciliar *per capita* afete o trabalho infantil nesse grupo. É possível que isso ocorra devido a um efeito não linear não capturado ou que o trabalho infantil não seja explicado apenas pela pobreza.

A variável *Idade* indica que cada ano a mais de idade aumenta em aproximadamente 25% a chance de a criança estar em situação de trabalho infantil. Este é um resultado forte e

esperado, especialmente no meio rural, onde ocorre a entrada precoce no trabalho. Os meninos também têm maior chance de se encontrar em uma situação de trabalho infantil em relação as meninas (137%). Esse é um padrão clássico uma vez que o trabalho rural é mais intensivo fisicamente, com maior inserção masculina.

A variável *Frequenta a escola* mostra que crianças que frequentam a escola têm cerca de 40% menos chance de trabalhar. Isso sugere que a escola funciona como um fator de proteção. Além disso, a criança enfrenta o *trade off* entre escola e trabalho. Com relação a *Escolaridade do responsável* pelo domicílio, observa-se que cada ano adicional de escolaridade do responsável reduz em aproximadamente 3,5% a chance de trabalho infantil.

A variável que apresenta a estrutura familiar será analisada em comparando a situação em que a criança ou adolescente não mora com nenhum dos pais. Os resultados indicam que crianças em arranjos familiares definidos (morar somente com a mãe, somente com o pai ou com ambos os pais) têm menor chance de trabalhar do que as crianças que não moram com nenhum dos pais. A variável *Tamanho do domicílio* indica que cada pessoa adicional no domicílio aumenta em aproximadamente 4% a chance de trabalho infantil.

Por fim, a variável de região foi analisada tendo como base a região norte. Os resultados indicam que as crianças que residem nas regiões nordeste, sudeste e sul têm menor chance de trabalhar, quando comparadas com a região norte. A região centro-oeste não foi estatisticamente significativa. Isso sugere que a área rural da região norte é mais vulnerável, provavelmente com menor acesso a políticas públicas.

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os principais determinantes do trabalho infantil no meio rural brasileiro em 2024, com ênfase nos fatores socioeconômicos e familiares que influenciam a probabilidade de inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Para tanto, foi estimado um modelo *logit*, permitindo identificar os efeitos das variáveis explicativas sobre a ocorrência desse fenômeno.

De modo geral, os resultados obtidos indicam que fatores demográficos, educacionais e familiares exercem papel central na determinação do trabalho infantil rural. Observou-se que o aumento da idade eleva significativamente a probabilidade de inserção no trabalho, evidenciando a transição precoce para atividades produtivas no meio rural. Além disso, verificou-se maior propensão ao trabalho infantil entre meninos, o que reflete a divisão tradicional do trabalho nas atividades agropecuárias.

A frequência escolar mostrou-se um importante fator de proteção, reduzindo substancialmente a probabilidade de trabalho infantil, o que reforça a existência de um *trade-off* entre estudo e trabalho. No âmbito familiar, a presença dos pais no domicílio está associada à menor incidência de trabalho infantil, sugerindo que estruturas familiares mais estáveis contribuem para a proteção das crianças. Ademais, a escolaridade do responsável pelo domicílio apresentou efeito negativo sobre a probabilidade de trabalho infantil, evidenciando o papel do capital humano na tomada de decisão familiar.

Por outro lado, o tamanho do domicílio apresentou efeito positivo, indicando que famílias maiores tendem a enfrentar maiores restrições econômicas ou demandar maior participação das crianças nas atividades produtivas. Em relação às diferenças regionais, verificou-se que crianças residentes nas regiões nordeste, sudeste e sul apresentam menor probabilidade de trabalho infantil em comparação à região norte, sugerindo a existência de desigualdades regionais relevantes em termos de vulnerabilidade e acesso a políticas públicas.

Um resultado relevante é a ausência de significância estatística da renda domiciliar per capita, indicando que o trabalho infantil no meio rural não pode ser explicado exclusivamente pela pobreza, mas sim por um conjunto mais amplo de fatores estruturais e familiares, o que dialoga com a literatura sobre o “paradoxo da riqueza”.

Esses achados são consistentes com a literatura no sentido em que aponta o trabalho infantil como resultado de decisões familiares sob restrições econômicas, frequentemente associadas à baixa acumulação de capital humano. No contexto rural, tais fatores tendem a ser intensificados pela informalidade, pela menor fiscalização e pela maior integração entre domicílio e unidade produtiva.

Do ponto de vista de política pública, os resultados sugerem que estratégias de combate ao trabalho infantil devem ir além de medidas punitivas, incorporando políticas estruturais que promovam a inclusão social, o acesso à educação de qualidade e o fortalecimento das famílias no meio rural. Programas de transferência de renda, investimentos em educação rural e políticas de permanência escolar mostram-se fundamentais nesse processo.

Por fim, destaca-se que o estudo apresenta algumas limitações, como a utilização de dados em corte transversal, que impede a identificação de relações causais, e também a inclusão de variáveis relacionadas a aspectos culturais e institucionais. Dessa forma, pesquisas futuras podem avançar por meio da utilização de dados em painel, métodos causais

ou abordagens qualitativas que capturem as especificidades socioculturais do trabalho infantil no meio rural.

Referências

BECKER, Kalinca L.; COSTA, Jaqueline S.; PAVÃO, Andressa R. Determinantes do trabalho infantil no Brasil rural. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 49-61, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). 2. ed. Brasília: MTE, 2011. 95 p. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conaeti/cartilhaspdf/6o-anexo-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil-2011-2015.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). País tinha 1,650 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 2024. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 19 set. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44541-pais-tinha-1-650-milhao-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-trabalho-infantil-em-2024>. Acesso em: 3 jan. 2026.

GEBREGZIABHER, Kidanemariam; HADUSH, Muuz; ABRHA, Kebede. Trabalho infantil e seus determinantes: um teste empírico do axioma do luxo e da teoria do paradoxo da riqueza. *Cogent Economia & Finanças*, v. 2, pág. 2282890, 2023.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza". *Economia Aplicada*, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. *DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, n. 21, p. 46-58, 2018.

VILLALBA, Diego Alejandro Rodriguez. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: uma análise comparativa entre os anos de 2006 e 2015. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/988e7909-9215-47e7-b2f4-ca0312a07a28>. Acesso em: 22 fev. 2026.

ROCHA, Luiz Eduardo Vasconcelos; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Determinantes da alocação domiciliar do tempo das crianças e adolescentes: uma análise logit

multinomial para os territórios rural e urbano do estado de Minas Gerais. Revista de Economia do Nordeste, Fortaleza, v. 49, n. 4, p. 35-51, out./dez. 2018.

SANTOS, Esther de Oliveira. Uma análise dos principais determinantes do trabalho infantil no Centro-Oeste em 2015. 2018. 43 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018. (pp. 1-3)

VASCONCELOS, Carlos Alberto; DE CARVALHO, Diana Mendonça; DOS SANTOS, Wagner Sena. O trabalho infantil na agricultura familiar de povoados dos perímetros irrigados de Itabaiana/Se e seus reflexos na Educação. Trabalho & Educação, v. 31, n. 1, p. 27-45, 2022.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna. Tradução de Ana Cristina G. C. de Souza. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.